



Fundação Hospital Santa Lydia – FHSL

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
com relatório do auditor independente**

FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA – FHSL

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações financeiras

Balanco patrimonial

Demonstrações de resultados do exercício

Demonstrações de resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Sumário das notas explicativas

1.	Contexto operacional	1
2.	Apresentação das demonstrações financeiras	6
3.	Políticas contábeis materiais	6
4.	Caixa e equivalentes de caixa	11
5.	Contas a receber	12
6.	Estoques	12
7.	Outros créditos	12
8.	Imobilizado	13
9.	Fornecedores e prestadores de serviços	14
10.	Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	14
11.	Outras obrigações	14
12.	Contratos de gestão e convênios a realizar	16
13.	Provisões para demandas judiciais	17
14.	Patrimônio líquido	18
15.	Receita líquida de serviços de saúde	19
16.	Outras receitas operacionais	19
17.	Despesas dos serviços prestados	20
18.	Receitas diversas	20
19.	Receitas e despesas financeiras líquidas	21
20.	Contratos de gestão	21
21.	Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas	22
22.	Aspectos fiscais	22
23.	Remuneração da administração	23
24.	Composição dos órgãos de administração da Fundação	23
25.	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)	23
26.	Gerenciamento de riscos	24
27.	Cobertura de seguros	24
28.	Avais, fianças e garantias	25
29.	Eventos subsequentes	25

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Administradores da
FUNDAÇÃO HOSPITAL SANTA LYDIA – FHSL
Ribeirão Preto – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Hospital Santa Lydia – FHSL (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e pelos possíveis efeitos, não quantificados dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Santa Lydia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidades sem Finalidade de Lucros”.

Base para opinião com ressalva

- Conforme nota explicativa nº 8, às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Fundação apresenta na rubrica de ativo imobilizado líquido o montante de R\$ 11.569.673 e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R\$ 2.792.372 (R\$ 14.022.992 e R\$ 1.093.536, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). A Fundação não efetuou, desde a adoção inicial dos pronunciamentos técnicos, a revisão da vida útil do ativo imobilizado. De acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado e o ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado, a Fundação deve revisar e ajustar as vidas úteis quando ocorrerem alterações relevantes no nível de utilização dos ativos, mudança na curva esperada de obsolescência e outros fatores. Se a revisão das vidas úteis dos ativos tivesse sido feita, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. A Fundação também não realizou estudos técnicos para apurar a necessidade de eventual contabilização de ajuste por redução ao valor recuperável dos

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075.
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

bens (*impairment*) constantes do seu ativo imobilizado a fim de atender ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os efeitos de eventuais ajustes nas contas patrimoniais e de resultado não foram possíveis de serem mensurados.

- Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, a Fundação recebe subvenções governamentais destinadas à gestão de contratos e execução de atividades previstas em instrumentos formais de parceria e convênios de saúde. Entretanto, a Fundação não vem reconhecendo, mensurando e apresentando tais subvenções de acordo com o CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, a qual estabelece que as subvenções devem ser reconhecidas como receita de forma sistemática, ao longo dos períodos necessários para confrontá-las com as despesas e custos que se pretende compensar, bem como refletidas adequadamente nas contas patrimoniais específicas quando houver obrigações associadas ou recursos ainda não aplicados. Em razão da ausência de controles auxiliares adequados e de critérios consistentes para o reconhecimento das subvenções governamentais, não foi possível determinar, de forma razoável, os efeitos que eventuais ajustes poderiam ter sobre certos elementos do ativo, passivo e resultado do exercício, bem como sobre as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras não foram determinados. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.
- A demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresenta na rubrica de “Despesas operacionais” o montante de R\$ 225.831.134 (R\$ 190.383.932 em 31 de dezembro de 2024). Identificamos que a Fundação não efetuou a avaliação para reconhecimento, mensuração e segregação para correta divulgação entre custos e despesas de suas operações. De acordo com o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras, para cada classe material de itens semelhantes a Fundação deve apresentar separadamente os itens de natureza ou função distinta, desde que não sejam imateriais. Se os gastos tivessem sido alocados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a classificação de muitos elementos da demonstração do resultado seria afetada de forma relevante. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos a Administração da Fundação não concluiu análise da correta alocação dos gastos, portanto, os efeitos desse assunto sobre a demonstração do resultado não foram determinados. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.
- A Fundação em 31 de dezembro de 2025 possuía obrigações de arrendamento a pagar, pactuadas com terceiros através de referidos contratos, e não efetuou a avaliação para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Até a conclusão dos nossos trabalhos, a Fundação não havia finalizado a análise dos possíveis impactos da norma sobre as demonstrações financeiras da Fundação. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos potenciais impactos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirão,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075.
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

- O relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conteve ressalva pelo fato de termos sido designados auditores após 31 de dezembro de 2024, portanto, não acompanhamos a contagem física dos estoques e não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2024. Como os referidos estoques foram computados na determinação do resultado e dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes no déficit registrado na demonstração do resultado e nos fluxos de caixa das atividades operacionais registrados na demonstração dos fluxos de caixa daquele exercício. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.
- O relatório de auditoria relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 conteve ressalva pelo fato da Fundação estava em processo de revisão e implementação dos controles relacionados ao gerenciamento da folha de pagamento e seus respectivos encargos e provisões, a Fundação apresenta na rubrica de salários, encargos sociais e obrigações tributárias o montante de R\$ 16.622.110. A Fundação estava em processo de revisão e implementação dos controles relacionados ao gerenciamento da folha de pagamento e seus respectivos encargos e provisões. Considerando que esse processo não havia sido concluído até a data de elaboração daquelas demonstrações financeiras, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes no saldo de salários em 31 de dezembro de 2024, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirão,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075.
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

A Fundação apresentou em 31 de dezembro de 2025 déficit de R\$ 758.533 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, nesta data, o passivo circulante da Fundação excedeu o ativo circulante em R\$ 6.909.755, apresentou passivo a descoberto “patrimônio líquido negativo” em virtude de déficits acumulados no montante de R\$ 10.317.633, e apresentou fluxo de caixa negativo das atividades operacionais em R\$ 2.263.633. Essas condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Fundação. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a base contábil de continuidade dos negócios da Fundação. A continuidade das operações está condicionada à gestão controlada dos fluxos de caixa de pagamentos, bem como à manutenção dos recursos financeiros provenientes da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidades sem Finalidade de Lucros” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação, cessar suas operações ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Pêricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075.
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirão,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075.
(16) 3911-6149

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de maio de 2026.

PP&C Auditores Independentes

CRC2SP16.839/O-0



Giacomo Walter Luiz de Paula

CRC1SP243.045/O-0

Contador



Maikon Menezes Castilho

CRC1SP289840/O-9

Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075.
(16) 3911-6149

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Fundação Hospital Santa Lydia

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

		2025	2024
	Nota		
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.735.972	27.338.948
Contas a receber	5	11.449.136	11.146.990
Estoques	6	4.788.386	4.339.268
Outros créditos	7	1.687.433	2.707.185
Despesas antecipadas		6.231	4.482
Total do ativo circulante		42.667.158	45.536.873
Não circulante			
<i>Realizável a longo prazo</i>			
Depósitos judiciais	13	3.816.894	2.516.230
Imobilizado	8	11.569.673	14.022.992
Intangível		290	-
Total do ativo não circulante		15.386.857	16.539.222
Total do ativo		58.054.015	62.076.095
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e prestadores de serviços	9	13.758.531	8.897.694
Salários, encargos sociais e obrigações tributárias	10	15.756.190	16.622.110
Outras obrigações	11	1.028.584	2.235.698
Contratos de gestão e convênios a realizar	12	19.033.609	23.138.940
Total do passivo circulante		49.576.914	50.894.442
Não circulante			
Outras obrigações	11	5.720.197	5.893.755
Provisão de demandas judiciais	13	13.074.537	14.846.997
Total do passivo não circulante		18.794.734	20.740.752
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(13.143.321)	(10.742.950)
Ajuste de avaliação patrimonial		3.567.481	3.550.741
Reserva de doações		16.740	16.740
Déficit do exercício		(758.533)	(2.383.630)
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	14	(10.317.633)	(9.559.099)
Total do passivo e patrimônio líquido		58.054.015	62.076.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Hospital Santa Lydia

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais:		225.845.475	188.266.975
Receitas líquidas de serviços de saúde	15	214.442.299	181.704.670
Pacientes particulares		25.004	237.558
SUS		212.624.179	179.084.995
Convênios		1.797.581	3.120.522
(-) Deduções com SUS e convênios		(4.465)	(738.405)
Outras receitas operacionais	16	6.458.566	6.175.457
Receitas financeiras	19	4.103.930	219.259
Receitas diversas	18	840.680	167.589
Despesas:		(226.604.008)	(190.650.605)
Despesas operacionais	17	(225.831.134)	(190.383.932)
Despesa com pessoal		(75.408.470)	(61.450.945)
Despesas com encargos		(6.541.965)	(5.008.713)
Provisões trabalhistas		(13.440.276)	(11.959.209)
Serviços de terceiros		(77.640.128)	(67.867.741)
Materiais e medicamentos		(25.961.458)	(23.167.191)
Materiais em geral		(809.268)	(749.837)
Impostos, taxas e contribuições		(142.639)	(413.336)
Despesas gerais		(11.179.101)	(8.159.214)
Depreciação e amortização		(616.619)	1.093.536
Trabalho Voluntário - ITG 2002 (R1)		(741.594)	(650.079)
Despesa com provisão para demandas judiciais		(1.591.271)	(12.051.204)
Outras despesas Operacionais		(11.758.345)	-
Despesas financeiras	19	(772.874)	(266.673)
Déficit do exercício		(758.533)	(2.383.630)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Hospital Santa Lydia

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	2025	2024
Déficit do exercício	(758.533)	(2.383.630)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(758.533)	(2.383.630)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de doações	Déficit acumulado	Total patrimônio social
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(4.690.452)	3.646.801	16.740	(6.148.559)	(7.175.470)
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(6.148.559)	-	-	6.148.559	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	79.320	(79.320)	-	-	-
Déficit do exercício	-	-	-	(2.383.630)	(2.383.630)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(10.759.691)	3.567.481	16.740	(2.383.630)	(9.559.100)
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(2.383.630)	-	-	2.383.630	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-
Déficit do exercício	-	-	-	(758.533)	(758.533)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(13.143.321)	3.567.481	16.740	(758.533)	(10.317.633)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Hospital Santa Lydia**Demonstração dos fluxos de caixa****Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Em reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024
Déficit do exercício	(758.533)	(2.383.631)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa originário das atividades operacionais		
Depreciação	2.792.372	(1.093.536)
Provisões demandas judiciais	(1.772.460)	12.051.204
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos:		
Contas a receber	(302.146)	(5.442.057)
Estoques	(449.118)	(286.177)
Depósitos judiciais	(1.300.664)	(1.091.416)
Outras créditos e despesas antecipadas	1.018.002	(572.375)
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos:		
Fornecedores	4.860.837	571.862
Salários, encargos sociais e obrigações trabalhistas	(865.920)	1.767.224
Recursos de convênios em execução	(4.105.331)	(4.842.459)
Outras obrigações	(1.380.672)	196.917
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.263.633)	(1.124.445)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(339.053)	6.469
Aquisições de intangível	(290)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(339.343)	6.469
Redução de caixa líquido	(2.602.976)	(1.117.976)
Caixa e equivalentes		
no início do exercício	27.338.948	29.298.524
no fim do exercício	24.735.972	27.338.948
Redução de caixa líquido	(2.602.976)	(1.959.576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

1. Contexto operacional

Contexto histórico

O Hospital Santa Lydia foi instituído pela Fundação Ribeiro Pinto e inaugurado em 27 de janeiro de 1960, com o propósito de atender principalmente crianças carentes de Ribeirão Preto e região, em um momento difícil para o país devido ao surto de poliomielite e meningite.

Com o passar dos anos e a mudança do perfil epidemiológico do país, o Hospital Santa Lydia passou a ser um hospital geral, atendendo às diversas clínicas, com ênfase no atendimento pediátrico, especificamente à UTI infantil e neonatal, assim como outras clínicas, como cuidados intensivos adultos e ortopedia.

A busca contínua por novas técnicas e a humanização sempre foram os ideais de seus gestores, que fizeram do Hospital Santa Lydia uma referência reconhecida e respeitada pela sociedade. Sempre aberto à comunidade acadêmica, permitiu a formação de reconhecidos profissionais de saúde, que atuam nas mais diversas e importantes instituições de saúde do país.

Fundamentação e finalidade

A Fundação Hospital Santa Lydia “Fundação, Entidade ou Instituição”, inscrita no CNPJ nº 13.370.183/0001-89, sediada em Ribeirão Preto, foi instituída pela lei municipal complementar 2.434 de 17 de dezembro de 2010 e, através da Escritura Pública de Doação de maio de 2011, a Fundação passou a ser sucessora dos bens, direitos e obrigações da personalidade jurídica do Instituto Santa Lydia - CNPJ nº 56.000.052/0001-12, que iniciou suas atividades de assistência em saúde no ano 1960, além de outros que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas.

A finalidade principal da Fundação é a execução e prestação de serviços de saúde ao Poder Público Municipal e à iniciativa privada, incluindo o fornecimento de suporte técnico e operacional, com atendimento médico de urgência e emergência e atividades hospitalares destinadas, preferencialmente, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS moradores de Ribeirão Preto, tendo autonomia administrativa, operacional e financeira, além de plena gestão dos seus bens e recursos regidos por seus atos consecutivos e pelo seu Estatuto Social.

Em seu Estatuto Social está previsto, no Capítulo V, Seção 1 da Organização, que a Fundação contará com os seguintes órgãos:

- I. Conselho Curador;
- II. Conselho Fiscal; e
- III. Diretoria Executiva, com suas funções detalhadas nas Seções II, III e IV.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

Devemos observar que na lei municipal 2.415, de 14 de outubro de 2010, que autorizou a Instituição da Fundação, prevê, no artigo 4º, que a “Fundação Hospital Santa Lydia” poderá celebrar contrato de gestão com o Poder Público, na forma prevista no artigo 37, parágrafo 8º da Constituição Federal.

Cabe ressaltar que a Fundação Hospital Santa Lydia sucedeu ao Instituto Santa Lydia, conforme lei municipal 2.415, que autorizou a criação da instituição, tornando-a independente do Instituto Santa Lydia.

Estrutura gerencial

Atualmente, a Fundação está organizada em um prédio administrativo localizado na Rua Maurílio Biagi nº 1510, Ribeirão Preto - SP, no qual mantém toda a estrutura gerencial necessária para gerenciamento dos contratos de gestão e convênios.

Ao total, a Fundação realiza a gestão de 13 (treze) serviços de saúde, sendo: 2 (dois) Hospitais – Hospital Santa Lydia e Hospital Municipal Francisco de Assis; 5 (cinco) unidades de urgência e emergência – Unidade de Pronto Atendimento – UPA Dr. Luís Atilio Losi Viana (UPA Leste), Unidade de Pronto Atendimento – UPA Prof. Dr. João José Carneiro (UPA Oeste), Unidade de Pronto Atendimento – UPA Nelson Mandela (UPA Norte), Unidade de Pronto Atendimento UBDS Vila Virgínia (UBDS Vila Virgínia) e UPA Luciana Aparecida Candido dos Santos (UPA Ribeirão Verde); 3 (três) unidades Básicas de Saúde – Unidade Básica de Saúde Prof. Zeferino Vaz – UBS Quintino I, Unidade Básica de Saúde Dr. Luiz Gaetani – UBS Cristo Redentor e Unidade Básica de Saúde Antônio Marcos Barbin – UBS Central; Um serviço de reabilitação de Ribeirão Preto (SERERP); 1 (um) Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III AD com Suporte à urgência (CA3AD); 1 (um) unidade de Retorno Assistencial (URA Ribeirão Preto); e também assumiu o transporte inter-hospitalar (SAMI).

Em 2026, a Fundação ampliou significativamente sua atuação na área da saúde, assumindo novos serviços e inaugurando importantes unidades assistenciais. A UBS Central foi assumida pela Fundação em 12 de janeiro de 2026. Em seguida, em 12 de fevereiro de 2026, foi inaugurado o SAMI – Transporte Inter-hospitalar, serviço destinado ao transporte de pacientes que aguardam transferência das UPAs (Unidades de Pronto Atendimento) para os hospitais da cidade. Posteriormente, em 18 de fevereiro de 2026, foi inaugurada a URA, e, em 04 de maio de 2026, ocorreu a inauguração da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro Ribeirão Verde, ampliando a capacidade de atendimento à população e fortalecendo a rede municipal de saúde.

Dessa forma, a Fundação centralizará todo o atendimento público de urgência e emergência do município de Ribeirão Preto.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

Resultados alcançados no exercício de 2025

Com o intuito de fornecer apoio à Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto, a Fundação Hospital Santa Lydia contribuiu para a resolução várias demandas assistenciais no exercício de 2025, o que contribuiu para benefícios aos munícipes da cidade de Ribeirão Preto.

A exemplo disso, através dos Contratos de Gestão das Unidades de Pronto Atendimento de Ribeirão Preto, podemos destacar que foram mais de 944.472 atendimentos médicos entre adultos e crianças (pediatria), número que representa um aumento de 13,04% em relação ao ano de 2024.

No Hospital Santa Lydia, as produções anuais refletiram em 678 cirurgias do aparelho da visão, 132 cirurgias em nefrologia, 201.001 diagnósticos em laboratório clínico, 49.857 diagnósticos por radiologia, 25.509 diagnósticos por ultrassonografia, 37.526 métodos diagnósticos em especialidades, 281.130 consultas/atendimentos, 2.648 tratamentos clínicos (outras especialidades), 4.466 pequenos procedimentos cirúrgicos, 5.024 consultas em cardiologia e 2.339 consultas ortopédicas.

Por meio das Unidades Básicas de Saúde, foram realizados 43.389 atendimentos. No CAPS, registraram-se 9.840 atendimentos, enquanto o Hospital Municipal Francisco de Assis contabilizou 11.160 atendimentos. Já nas UPAs, o total alcançou 814.947 atendimentos.

Recursos humanos e serviços médicos

Conforme o dimensionamento das horas médicas, seguindo os parâmetros da resolução 2.073/2014 do Conselho Federal de Medicina, a qual dispõe sobre a normatização do funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) 24h e congêneres, bem como o dimensionamento da equipe médica e o sistema de trabalho nessas unidades, fizemos os ajustes das horas médicas necessárias por unidade e por especialidade, além do impacto financeiro da adequação. Para tanto, foi necessário um incremento orçamentário de 30 (trinta) milhões, por meio do qual foi possibilitou aumentar o quantitativo médico disponível, incluindo especialistas em cirurgia, ortopedia, ginecologia e pediatria, como também de clínicos, fato que contribuiu para a redução significativa no tempo de espera, por atendimento, assim como otimizou a necessidade de regulação/solicitação de vagas em hospitais.

Custo operacional

No exercício de 2025, a Fundação promoveu importantes investimentos estruturais e assistenciais voltados à ampliação da capacidade operacional, melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do atendimento.

Valorização dos colaboradores

Conforme aprovado em ata de 28 de janeiro de 2025, a Fundação realizou reajuste no benefício de ticket alimentação dos colaboradores, passando de R\$ 120 para R\$

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

300, medida voltada à valorização profissional e melhoria das condições sociais da equipe.

Ampliação de leitos hospitalares

Nos dias 3 e 4 de abril de 2025, foram inaugurados 10 (dez) novos leitos no Hospital Santa Lydia, resultando em incremento direto das despesas com recursos humanos, insumos, medicamentos, hotelaria e manutenção hospitalar, sem a correspondente recomposição orçamentária.

Readequação do perfil assistencial

A partir de 24 de abril de 2025, a Fundação suspendeu integralmente os atendimentos particulares e de convênios, passando a operar exclusivamente com pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A medida, alinhada à política de fortalecimento da assistência pública, ocasionou redução estimada de receita na ordem de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais), contribuindo para o agravamento da situação econômico-financeira da entidade, ampliando o impacto financeiro institucional.

Implantação do serviço de tomografia

Em setembro de 2025 entrou em funcionamento o novo tomógrafo da instituição, equipamento essencial para suporte diagnóstico, qualificação da assistência médica e fortalecimento dos atendimentos de urgência e emergência.

Reestruturação dos vestiários dos colaboradores

Inaugurada em 15 de outubro de 2025, a reforma dos vestiários proporcionou melhorias significativas nas condições de trabalho, conforto, segurança e bem-estar dos colaboradores.

Aquisição de mobiliário hospitalar

A Fundação realizou a aquisição de 100 (cem) poltronas e berços hospitalares destinados ao atendimento dos munícipes, promovendo maior conforto, humanização e qualidade no acolhimento aos pacientes e acompanhantes.

Reequilíbrio econômico-financeiro do Hospital Santa Lydia

Na busca do reequilíbrio econômico-financeiro do Hospital Santa Lydia, a Fundação buscou explicitar para a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto que o Hospital Santa Lydia enfrentava uma situação econômica sensível.

Devemos destacar que a defasagem da tabela SUS, além dos custos operacionais crescentes, como aquisição de insumos, pagamentos de profissionais de saúde, manutenção das instalações e modernização de equipamentos médicos, estava sobrecarregando os recursos financeiros. Infelizmente, a tabela SUS não tem acompanhado adequadamente o crescimento dos preços, resultando em uma situação financeira insustentável.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

Implantação e operacionalização da política de integridade na Fundação

Seguindo as diretrizes para implantação da política de integridade na Fundação, cujo objetivo central é estabelecer, por meio de mecanismos e procedimentos internos, a promoção da integridade das rotinas e processos, através do trabalho de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades, o qual visa, notadamente, prevenir casos de corrupção, bem como orientar, por meio de políticas claras e objetivas, o padrão de conduta esperado no desempenho das funções de seus administradores, empregados e conselheiros.

Políticas bem definidas e a aplicação dos códigos e instruções serão essenciais para manter uma cultura ética dentro da instituição, de modo que contribua para que sejam detectados e mitigados eventuais casos de desvios, fraudes e irregularidades.

A Fundação fez a implantação do Código de Conduta e Ética, que contém as diretrizes norteadoras da instituição, que devem orientar o trabalho realizado por todas as pessoas que atuam na instituição ou mesmo para a Fundação, de maneira direta ou que agem em seu nome.

O Código de Conduta e Ética traz aos administradores, colaboradores, parceiros comerciais, pacientes e à comunidade um guia prático sobre os princípios e valores e os padrões legais e éticos que orientam a condução dos trabalhos da Fundação, assim como as normas internas aplicáveis a todos os integrantes da Fundação e aos terceiros que com esta contratam, como fornecedores e/ou prestadores de serviços.

Modernização e investimento

Na busca contínua de melhoria de toda a estrutura da Fundação, mesmo com as adversidades enfrentadas, a Fundação segue investindo na estrutura do Hospital Santa Lydia com a modernização e ampliação dos equipamentos médicos/cirúrgicos, instrumentais, conservação e ampliação das estruturas de tecnologia e comunicação, conforto, predial, enxoval, entre outros.

Para além dos investimentos no Hospital Santa Lydia, devemos destacar a nova sede administrativa da Fundação, cuja concepção de estrutura unificada resulta em eficiência e diminuição de custo, pois, para gerenciamento de cada unidade, haveria necessidade de provisionamento de pessoal ou contratação de prestação de serviço para aquisição de materiais e medicamentos, rotinas de departamento pessoal, financeiro, contábil, ou seja, cada contrato teria que dispor de estrutura administrativa mínima para execução dos serviços.

No modelo adotado, a unificação da estrutura administrativa ganha em eficiência, além de reduzir o custo dos contratos pactuados com a Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC. Consideram, ainda, as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância com a ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros.

Essas demonstrações financeiras estão expressas em reais, que são a moeda funcional da Fundação. Elas consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Fundação, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 31 de maio de 2026. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Curador.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Fundação de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Fundação está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são acompanhadas de informações adicionais de natureza não financeira, as quais não foram auditadas e não foram consideradas para fins da emissão da opinião do auditor independente.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo se indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pelo curso normal das atividades da Fundação.

As receitas com serviços prestados são reconhecidas: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Fundação; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras da Fundação, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Fundação possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tiver o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não ocorreram operações desse tipo no decorrer do exercício.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em banco, conta, movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou perda registrada no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

e) Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios, contrato de gestão e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A administração da Fundação não tem a expectativa de outras perdas significativas.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. Quando necessário, os estoques são deduzidos por provisão para perdas por obsolescência, deterioração ou baixo giro.

g) Imobilizado

Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, acrescido de avaliação espontânea, para determinação do valor atribuído, efetuada por peritos independentes e deduzida à depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A Fundação inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens, menos o valor residual. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração do resultado. A Fundação não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

A Fundação possui bens contabilizados no grupo do ativo imobilizado que foram cedidos em caráter de empréstimos sem transferência de propriedade conforme nota explicativa 8.

As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Edificações	4%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	10%
Equipamentos de hospitalares	10%
Veículos	20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

h) Fornecedores e prestadores de serviços

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

i) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Fundação e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

j) Contratos de gestão

Os contratos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo. Enquanto não atendidos os critérios para o reconhecimento no resultado como receita, a qual ocorre de forma concomitante ao reconhecimento das despesas correspondentes, os valores relacionados são registrados no ativo, em contrapartida ao passivo, refletindo a existência de obrigações a cumprir pela entidade. Tais transações e seus respectivos tratamentos contábeis encontram-se adequadamente descritos na Nota Explicativa nº 12 às demonstrações financeiras.

k) Segregação entre circulante e não circulante

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos não circulantes e os circulantes, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

m) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Fundação possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Fundação, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Fundação revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

n) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituída para os bens do ativo não circulante (imobilizado). A realização do ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável (basicamente pela baixa e depreciação do bem do ativo imobilizado avaliado), é registrada diretamente em superávit/déficit acumulados no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2025	2024
Caixa	19	38.320
Bancos conta movimento	-	9.364
Bancos conta movimento – Contrato de gestão	17.966	24.930
Aplicações financeiras (i)	67.921	3.764.386
Aplicações financeiras – Contrato de gestão	24.650.066	23.501.948
Total	24.735.972	27.338.948

(i) Refere-se aos fundos de investimento, cujo resgate pode ocorrer de acordo com as necessidades de recursos da Fundação e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados à variação do CDI.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

5. Contas a receber

Descrição	2025	2024
Convênios	765.623	1.008.249
Sistema Único de Saúde - SUS	6.559.592	4.479.458
Contrato de gestão (ii)	5.476.914	7.012.276
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa (i)	(1.352.993)	(1.352.993)
Total	11.449.136	11.146.990

(i) Refere-se à provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre os valores cuja recuperação é considerada improvável pela Administração.

(ii) Referente aos contratos públicos de gestão firmados com a Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto, conforme descrito na nota explicativa 1.

6. Estoques

Descrição	2025	2024
Medicamentos	1.764.053	1.890.210
Almoxarifado (i)	3.024.333	2.449.058
Total	4.788.386	4.339.268

(i) Trata-se de material hospitalar, materiais administrativos e produtos de limpeza.

7. Outros créditos

Descrição	2025	2024
Reajuste salarial - C. Gestão (i)	-	438.155
Outros créditos a receber	1.449.095	1.296.612
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa (ii)	(107.489)	(107.489)
Adiantamento a Fornecedores	43.051	15.572
Adiantamento de Salários	-	209.733
Adiantamento de Férias	299.054	507.049
Adiantamentos Diversos	2.400	345.064
Vales a colaboradores	1.322	2.489
Total	1.687.433	2.707.185

(i) Refere-se ao valor de provisionamento de créditos já recebidos que deve ser mantido em caixa para pagamento futuro dos colaboradores quando ocorrer a aplicação do reajuste previsto pelo sindicato da categoria. Em 2025 a provisão foi descontinuada.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

- (ii) Refere-se à estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento.

8. Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Custo e AAP	(-) Depreciação acumulada	2025	2024
Terrenos	1.640.492	-	1.640.492	1.640.492
Edificações	5.485.984	(3.241.890)	2.244.094	4.039.006
Máquinas e equip.	3.348.731	(2.591.806)	756.925	1.017.429
Móveis e utensílios	1.495.611	(983.333)	512.277	538.170
Equip. de informática	677.9659	(641.647)	36.313	101.529
Equip. hospitalares	1.733.023	(836.653)	896.370	1.203.164
Veículos	44.206	(44.206)	-	-
Bens públicos estaduais (i)	2.121.103	-	2.121.103	2.121.103
Bens públicos municipais (i)	3.362.099	-	3.362.099	3.362.099
Total	19.909.208	(8.339.535)	11.569.673	14.022.992

- (i) Refere-se aos bens cedidos à Fundação pelo Estado e pelo Município, em caráter de empréstimo e sem transferência de propriedade, destinados ao apoio das atividades de enfrentamento da pandemia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12(iv).

Com a incorporação dos bens móveis e imóveis do Instituto Santa Lydia através da escritura pública (doação), a Fundação incorporou saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) no montante de R\$ 6.819.842, lançado em contrapartida do patrimônio líquido, apurado através de laudo de empresa especializada, para a apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus bens imobilizados de uso. Considerando a particularidade da Fundação que é uma entidade civil sem fins lucrativos e, portanto, isenta de tributos, não foi constituída provisão para tributos diferidos sobre o ajuste do imobilizado ao valor justo.

b. Movimentação do custo histórico e ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	2024	Adições	(-) Baixa	2025
Terrenos	1.640.492	-	-	1.640.492
Edificações	5.485.982	-	-	5.485.984
Máquinas e equip.	3.252.048	96.683	-	3.348.731
Móveis e utensílios	1.327.752	167.859	-	1.495.611
Equip. de informática	668.210	9.749	-	677.959
Equip. hospitalares	1.668.261	64.762	-	1.733.023
Veículos	44.206	-	-	44.206
Bens públicos estaduais	2.121.103	-	-	2.121.103
Bens públicos municipais	3.362.099	-	-	3.362.099
Total	19.570.153	339.053	-	19.909.208

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

c. Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	2024	Adições	Baixa	2025
Edificações	(1.446.978)	(1.794.912)	-	(3.241.890)
Máquinas e equip.	(2.234.618)	(357.188)	-	(2.591.806)
Móveis e utensílios	(789.580)	(193.753)	-	(983.333)
Equip.de Informática	(566.682)	(74.965)	-	(641.647)
Equip. hospitalares	(465.099)	(371.554)	-	(836.653)
Veículos	(44.206)	-	-	(44.206)
Total	(5.547.163)	(2.792.372)	-	(8.339.535)

9. Fornecedores e prestadores de serviços

Descrição	2025	2024
Fornecedores e Prestadores de Serviços	5.763.218	3.352.972
Honorários médicos - Pessoa física	27.794	27.794
Honorários médicos - Pessoa Jurídica	7.967.519	5.516.928
Total	13.758.531	8.897.694

10. Salários, encargos sociais e obrigações tributárias

Descrição	2025	2024
Provisão para férias e encargos	9.060.502	9.446.659
Salários, ordenados e encargos	4.927.907	4.702.922
IRRF, CSRF e outros impostos	1.767.552	1.016.361
Outros valores a pagar	229	1.456.168
Total	15.756.190	16.622.110

11. Outras obrigações

	2025	2024
Modalidade		
Adesão SES - medicamentos covid-19	-	768.359
Água e esgoto (i)	608.964	714.016
Empréstimo consignado	299.004	217.147
Ações judiciais e trabalhistas	-	201.215
Energia elétrica	34.708	147.102
Adiantamentos de terceiros	-	121.373
Outros valores a pagar	1.525	9.110
Outras obrigações	3.382	3.330
Cessão/empréstimos - bens públicos - (iii)	-	5.483.202
Serviços de lavanderia	-	53.817
Parcelamento de água e esgoto (ii)	81.001	410.553
Provisões para contingências	-	229
Total	1.028.584	5.720.197

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

- (i) Substancialmente representado por resíduos sólidos que estão sendo discutidos junto ao órgão.
- (ii) Através do processo administrativo nº 04.2015.024671-7 - Requerimento Especial de termo de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento, a Fundação Hospital Santa Lydia reconheceu e confessou expressamente que é devedora do valor de R\$ 1.066.606 a favor da DAERP (credor), relativo aos valores principais das tarifas de água, coleta de esgotos apuradas nos exercícios de 2002 a 2014. A dívida foi parcelada em 120 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira vencível em 17 de janeiro de 2016 no valor de R\$ 8.888 e as demais no dia 17 de cada mês no mesmo valor, devidamente atualizadas mensalmente pela taxa Selic.
- (iii) Com o agravamento da pandemia em meados de 2020, a Fundação Hospital Santa Lydia recebeu alguns itens de imobilizados cedidos pelo governo do Estado de São Paulo através da DRS XIII, CEADIS, firmados por meio de Termos de Permissão de Uso. Foram destinados para enfrentamento à Covid-19, dentre eles, camas hospitalares, respiradores, aparelhos de anestesia, bombas de infusão e ventiladores pulmonares, além disso, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto também cedeu uso de alguns itens como carros de alimentos, desfibriladores e monitores cardíacos. A cessão desses equipamentos é por tempo indeterminado, estipulando o período em que persistir a necessidade de adoção das medidas de enfrentamento e combate aos efeitos da pandemia de Covid-19. Os valores foram reconhecidos em contas patrimoniais de ativos (imobilizado - nota explicativa 8) e passivo, não tendo efeito no resultado da Fundação.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

12. Contratos de gestão e convênios a realizar

Descrição Custo	Saldos em 2024	Valores recebidos repases	Captação de recursos e outros créditos	Rendimentos financeiros	Outras movimentações	Transferências	Saldos em 2025
C.G. nº 01/2019 - Cristo Fed.	1.634.711	-	-	-	-	(1.634.711)	-
C.G. nº 01/2020 - UPA Norte Mun.	5.649.980	-	-	-	-	(5.649.980)	-
C.G. nº 01/2020 - UPA Norte Estadual	176.083	-	-	-	-	(176.083)	-
C.G. nº 01/2020 - UPA Norte Fed.	198.971	-	-	-	-	(198.971)	-
C.G. nº 02/2020 - UPA Oeste Mun.	1.964.676	-	-	-	-	(1.964.676)	-
C.G. nº 02/2020 - UPA Oeste Fed.	644.859	-	-	-	-	(644.859)	-
C.G. nº 29/2021 - UBS Quintino I Mun.	2.462.783	-	-	-	-	(2.462.783)	-
C.G. nº 29/2021 - UBS Quintino I Fed.	12.990	-	-	-	-	(12.990)	-
C.G. nº 108/2021 - UBDS V.V. Mun.	3.038.714	-	-	-	-	(3.038.714)	-
C.G. nº 108/2021 - UBDS V.V. Fed.	135.277	-	-	-	-	(135.277)	-
Convênio nº 022/2020 - HMFA Mun.	36.582	-	-	-	-	(36.582)	-
Convênio nº 022/2020 - HMFA Fed.	28.289	-	-	-	-	(28.289)	-
Convênio nº 141/2022 - CAPS	1.508.002	-	-	-	-	(1.508.002)	-
Convênio nº 141/2022 - CAPS Mun.	78.265	-	-	-	-	(78.265)	-
C.G. nº 146/2023 - UPA 13 Fed.	1.895.494	-	-	-	-	(1.895.494)	-
C.G. nº 146/2023 - UPA 13 Mun.	3.550.068	-	-	-	-	(3.550.068)	-
C.G. nº 324/2023 - UPAs Unif. Mun.	5.770	-	-	-	-	(5.770)	-
C.G. nº 324/2023 - UPAs Unif. Fed.	64.907	-	-	-	-	(70.677)	5.770
C.G. nº 031/2024 - UBSs Unif. Fed.	39.299	-	-	-	-	(39.299)	-
Convênio nº 247/2023 - SERERP	13.220	-	-	-	-	(13.220)	-
UPA Leste- U13- Recursos CG nº324/2023	-	34.108.093	-	523.806	4.455.209	(34.294.771)	4.792.337
UPA Oeste- USM- Recursos CG nº324/2023	-	32.115.049	-	541.844	4.534.835	(35.475.758)	1.715.970
UPA Norte- UNM- Recursos CG nº324/2023	-	31.937.224	-	567.689	4.914.283	(37.167.920)	251.276
UVV - Recursos CG nº324/2023	-	31.904.173	-	505.532	3.814.502	(33.098.359)	3.125.848
UBS Cristo Redentor Recursos CG 031/2024	-	5.072.262	-	307.042	2.410.690	(5.168.107)	2.621.887
UBS Quintino-ZEF- Recursos CG 031/2024	-	5.166.770	-	284.648	1.957.588	(4.791.177)	2.617.829
HFA- Recursos Convênio 022/2020	-	8.830.923	-	11.329	-	(8.842.252)	-
CAPS- Recursos Conv. nº 141/2022	-	9.163.726	-	462.332	2.816.131	(8.527.979)	3.914.210
SERERP- Recursos Conv nº 247/2023	-	630.279	-	719	-	(630.976)	22
Projetos a executar	23.138.940	158.928.499	-	3.204.941	24.903.238	(191.142.009)	19.033.609

Os contratos públicos de gestão são reconhecidos no ativo em contrapartida do passivo. São realizados no ativo quando de seu recebimento e liquidados no passivo quando da execução dos serviços prestados, gerando, assim, despesas e receitas correspondentes, conforme preconizam as normas brasileiras de contabilidade e técnicas gerais - NBCTG 07 (R2): Subvenção e assistência governamental.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

13. Provisões para demandas judiciais e depósitos judiciais

(a) Provisão para demandas judiciais

Descrição	2025	2024
Trabalhista	6.473.045	3.672.119
Cível	6.601.492	11.174.878
	13.074.537	14.846.997
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.846.997	
Diminuição	(3.351.834)	
Aumento	1.579.374	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.074.537	

(b) Movimentação depósitos judiciais

Saldo em 1 de janeiro de 2024	1.424.813
Diminuição	(45.318)
Aumento	1.136.735
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.516.230
Diminuição	(168.735)
Aumento	1.469.399
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.816.894

(c) Perdas possíveis

A Fundação possui passivos relacionados a ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitadas a decisões de tribunais e termos de acordo previstos em lei entre as partes envolvidas, e, como consequência disso, a Administração da Fundação não pode, no estágio atual, estimar um tempo exato de resolução desses temas. Como sucessora das obrigações e passivos contingentes do Instituto Santa Lydia, a Fundação discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 11.516.812 (R\$ 15.205.337 em 31 de dezembro de 2024) trabalhista e R\$ 3.464.955 (R\$ 13.859.373 em 31 de dezembro de 2024) cível em 31 de dezembro de 2025. Tais ações, devido à natureza e ao histórico, são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências. Dessa forma, resolvemos proceder conforme o relatório do assessor jurídico terceirizado, no qual a Fundação adequou as provisões relativas aos processos judiciais em curso, conforme exigido pelas normas contábeis e de transparência pública. Os processos referem-se, em sua maioria, a obrigações herdadas da época em que a Fundação se encontrava sob intervenção judicial da Prefeitura de Ribeirão Preto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

Diante das incertezas inerentes ao desfecho desses processos que envolvem decisões judiciais e eventuais acordos legais os valores foram classificados como de perda provável provisionado no exercício totalizaram R\$ 13.074.537. Ressalte-se que tais valores não configuram exigibilidade imediata e dependem de decisão definitiva das instâncias judiciais competentes.

14. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio líquido da Fundação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits e déficits acumulados, transferidos para o patrimônio social. Os eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, auferidos mediante o exercício de suas atividades, não são distribuídos a nenhum instituidor, conselheiro, funcionário, diretor, benfeitor ou equivalente, ou a qualquer outra pessoa física ou jurídica, aplicando a integralidade de suas receitas e recursos e eventual resultado operacional no território nacional, no desenvolvimento de seu objeto social, e está assim representado: pelo aporte de R\$ 10.200.000 (R\$ 2.200.000 em 2017; R\$ 4.800.000 em 2016; e R\$ 3.200.000 em 2015), conforme lei 13.527/2015, e também pelo saldo do acervo líquido incorporado do Instituto Santa Lydia. Anualmente, os superávits ou déficits apurados incorporados ao patrimônio social.

b. Reserva de doações

Constituída por doações realizadas por pessoa física e jurídica para o curso normal dos negócios da Fundação.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelo saldo que compõe o acervo líquido, vindo da incorporação do Instituto Santa Lydia, que contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído, de acordo com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, registrado em contrapartida do imobilizado.

d. Superávits e déficits acumulados

Representa o superávit ou déficits do exercício acrescido da realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação ou baixa ou alienação dos bens que tiveram o custo atribuído).

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em reais)

15. Receita líquida de serviços de saúde

A receita líquida de prestação de serviços possui a seguinte composição:

Descrição	2025	2024
Particulares	25.004	237.558
Contrato de gestão (nota nº 20) (iii)	167.938.700	139.472.098
SUS (i)	44.685.479	39.612.897
Convênios (ii)	1.797.581	3.120.522
(-) Deduções	(4.465)	(738.405)
Total	214.442.299	181.704.670

- (i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.
- (ii) Atividade de saúde suplementar realizada pelo hospital.
- (iii) São os contratos e convênios de apoio à gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto.

16. Outras receitas operacionais

Descrição	2025	2024
Administrativa (i)	5.716.972	5.525.378
Trabalho voluntário - ITG 2002 (R1)	741.594	650.079
Total	6.458.566	6.175.457

- (i) São os convênios de cooperação técnica entre a Fundação e as instituições de ensino.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

17. Despesas dos serviços prestados

Descrição	2025	2024
Despesa com pessoal	(95.390.710)	(120.569.154)
Serviços médicos pessoa física e jurídica	(66.511.636)	(13.758.245)
Provisão de demandas judiciais	(1.591.271)	(12.051.204)
Despesas diversas e Serv. Terceiros	(11.870.086)	(12.609.286)
Medicamentos	(11.250.456)	(11.269.227)
Materiais em geral	(5.556.747)	(6.389.195)
Materiais de enfermagem	(6.052.023)	(3.042.919)
Despesas gerais	(2.867.526)	(3.010.823)
Gêneros alimentícios	(3.486.814)	(2.647.018)
Locação e utilidade pública	(4.122.816)	(2.109.893)
Aluguéis	(2.267.156)	(1.671.846)
Energia elétrica	(625.212)	(700.412)
Impostos, taxas e contribuições	(142.639)	(413.336)
Conservação e manutenção	(995.923)	(390.873)
Material de limpeza	(192.748)	(229.322)
Água e esgoto	(300.467)	(275.368)
Material de escritório	(178.911)	(271.563)
Órteses e próteses	(53.027)	(67.784)
Despesa com depreciação	(616.619)	1.093.536
Outras despesas operacionais	(11.758.347)	-
Total	(225.831.134)	(190.383.932)
Custos	(199.195.294)	
Despesas	(26.635.840)	

18. Receitas diversas

Descrição	2025	2024
Recuperações de despesas	601.979	2.806
Multa contratual	12.182	3.787
Receitas com doações	86.667	118.848
Outras receitas	139.852	42.148
Total	840.680	167.589

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

19. Receitas e despesas financeiras líquidas

Descrição	2025	2024
<i>Receitas financeiras:</i>		
Descontos obtidos	17.687	48.886
Rendimento sobre aplicação financeira	4.086.243	168.494
Juros e correção Monetária	-	1.879
	4.103.930	219.259
<i>Despesas financeiras:</i>		
Juros passivos	(55.939)	(36.905)
Despesas bancárias	(716.935)	(229.769)
	(772.874)	(266.674)
Total	3.331.056	(47.415)

20. Contratos de gestão

Descrição	2025
Receitas Serviços de Saúde:	
Contrato de Gestão nº 324/2023 – UPA Leste - U13	34.294.771
Contrato de Gestão nº 324/2023 – UPA Oeste - USM	35.475.758
Contrato de Gestão nº 324/2023 – UPA Norte - UNM	37.167.920
Contrato de Gestão nº 324/2023 – UBDS Vila Virginia- UVV	33.098.359
Contrato de Gestão nº 031/2024 – UBS Dr. Luiz Gaetani - CRI	5.168.107
Contrato de Gestão nº 031/2024 – UBS Prof. Zeferino Vaz - ZEF	4.791.177
Convênio nº 022/2020 - Hospital Municipal Francisco de Assis - HFA	8.632.163
Convênio nº 141/2022 - Centro de Atenção Psicossocial - CA3	8.522.132
Convênio nº 247/2023 - Serviço de Reabilitação de Ribeirão Preto - SER	788.313
Total	167.938.700

Despesas dos serviços prestados	2025
Recursos Humanos- Contratos de Gestão	(72.218.030)
Serviços Médicos- Contratos de Gestão	(51.213.514)
Serviços de Terceiros- Contratos de Gestão	(13.497.314)
Medicamentos- Contratos de Gestão	(7.955.437)
Material médico e Hospitalar- Contratos de Gestão	(3.891.876)
Outros Materiais de Consumo- Contratos de Gestão	(2.230.284)
Gêneros Alimentícios- Contratos de Gestão	(3.232.236)
Locações e Utilidades Públicas- Contratos de Gestão	(4.583.289)
Despesas Diversas- Contratos de Gestão	(1.029.515)
Total	(159.851.495)

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

21. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 7º da lei complementar 187/2021, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mês de Competência	2025		2024	
	Base de cálculo	Isenção	Base de cálculo	Isenção
Janeiro	5.245.918	1.468.857	4.923.443	1.378.564
Fevereiro	5.587.936	1.564.622	5.041.761	1.411.693
Março	5.508.415	1.542.356	4.978.885	1.394.088
Abril	5.654.391	1.583.230	4.979.750	1.394.330
Maio	5.929.164	1.660.166	5.000.578	1.400.162
Junho	6.010.561	1.682.957	5.064.489	1.418.057
Julho	6.155.206	1.723.458	5.103.691	1.429.033
Agosto	6.083.290	1.703.321	5.215.019	1.460.205
Setembro	6.214.303	1.740.005	5.172.710	1.448.359
Outubro	6.288.918	1.760.897	5.048.618	1.413.613
Novembro	6.365.463	1.782.330	5.223.181	1.462.491
Dezembro	11.541.912	3.231.735	5.398.299	1.511.524
Total	76.585.477	21.443.934	61.150.424	17.122.119

22. Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e as coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda às demais condições legais. A Fundação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Fundação.

A administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que pudesse afetar a Fundação, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

23. Remuneração da administração

A Fundação não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades.

24. Composição dos órgãos de administração da Fundação

A Fundação contará com os seguintes órgãos de administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Conselho Curador – constituído de nove membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período, sendo: cinco membros indicados pelo Poder Executivo Municipal, um membro indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, dois membros eleitos entre os empregados da Fundação Hospital Santa Lydia e um membro eleito entre as instituições de ensino superior sediadas em Ribeirão Preto. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação, com mandato de dois anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros, sendo um representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, um indicado pela Secretaria Municipal da Casa Civil e um indicado pela Secretaria Municipal da Fazenda. Membros deste conselho não poderão ser nomeados para a diretoria executiva.

Diretoria Executiva – órgão da Administração da Fundação e subordinada ao Conselho Curador – é constituída das seguintes funções de livre provimento: um diretor administrativo e um diretor técnico.

25. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

A Fundação Hospital Santa Lydia protocolou, em 3 de novembro de 2011, junto ao Ministério da Saúde, na qualidade de sucessora do Instituto Santa Lydia, pedido de substituição de Requerente nos processos de Renovação de CEBAS, passados, ainda sob análise: Processo nº 250000.666490/2009-89. Cabe salientar que, naquela mesma data, foi formalmente requerida ao Ministério da Saúde, por meio do Processo nº 25000.191819/2011-69, a inclusão como requerente, juntando neste ato todos os atos constitutivos da Fundação.

Em 27 de junho de 2012, tempestivamente protocola novo pedido de renovação já em nome da Fundação Hospital Santa Lydia: Processo nº 25000.109649/2012-68. Diante

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

da apreciação da lei 12.101/2009, decretos 7.237 e 7.300/2010 e portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Fundação preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto, até o presente momento, não há óbices à concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

Mediante o parecer técnico 515/2014 CG CER/ DCE/ BAS/ JAS/ MS constante no Processo nº 2.500 109649/2012-68/MS, concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes na legislação vigente. Desta forma, foi deferido o Pedido de Concessão de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de três anos a contar de 31 de dezembro de 2014, data da publicação da portaria 1.516 de 30 de dezembro de 2014 no Diário Oficial da União – DOU nº 253.

Atualmente, a portaria MS/SAES 703 de 4 de setembro de 2023 prorrogou a vigência da portaria 222 de 10 de março de 2021. A renovação terá validade até 31 de dezembro de 2024.

Pedido de renovação conforme requerimento do CEBAS SEI nº 25000.104763/2024-35.

26. Gerenciamento de riscos

As operações da Fundação estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram constituídas perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração.

O gerenciamento dos riscos é feito pela administração da Fundação no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos.

27. Cobertura de seguros

A Administração da Fundação mantém cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado e dos estoques situados ao prédio da Rua Tamandaré, 434 (Hospital Santa Lydia), por valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras; consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Fundação Hospital Santa Lydia

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em reais)

28. Avais, fianças e garantias

A Fundação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2025 e 2024.

29. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2026, a Fundação firmou o termo de contrato de gestão nº 04/2026 com o Município de Ribeirão Preto com interveniência da Secretaria Municipal da Saúde para operacionalização, gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde na unidade básica de saúde – UBS “Dr. Antônio Marcos Barbin – Central”.

Em fevereiro de 2026 foi inaugurado o SAMI (Transporte Inter-Hospitalar)- que está vinculado ao Contrato de Gestão das UPAS.

De fevereiro a maio de 2026 a Fundação firmou termo de convênio nº 044/2026 e termos de contrato de gestão nº 050/2026 e 051/2026 com o Município de Ribeirão Preto com interveniência da Secretaria Municipal da Saúde para operacionalização, gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde na URA (unidade de retorno assistencial), UPA- Unidade de Pronto Atendimento Ribeirão Verde- e PAM- Pronto atendimento em saúde mental-, respectivamente.

* * *